

O desenvolvimento das estratégias de negociação nos conflitos entre as crianças e jovens

Telma Vinha¹

Livia M. Ferreira da Silva¹

Carolina A. Escher Marques¹

Mariana Tavares Almeida Oliveira¹

Em nossa sociedade contemporânea, nos deparamos constantemente com a violência, miséria, corrupção, exclusão, agressão ao meio ambiente, indiferença, entre tantos outros fenômenos. Percebemo-nos assustados diante das transformações cada vez mais rápidas, numa sociedade em que o privado sobrepõe o público, em que há uma constante busca pela satisfação momentânea. Muitas pessoas se dizem surpresas e indignadas com algumas ações de nossos jovens (e também de adultos), contrárias aos princípios morais. Observam-se atos desrespeitosos como agressões, vandalismo, preconceitos e humilhações; constata-se cada vez mais o uso dos meios de comunicação eletrônica como a internet, por exemplo, para insultar, difamar ou intimidar; percebe-se a dificuldade de as pessoas resolverem seus conflitos de forma não violenta, de chegarem a soluções que beneficiem pelo menos em parte os envolvidos. Surpreendemo-nos com jovens que pareciam ter “bom comportamento” demonstrarem, na ausência dos adultos ou em situações que acreditam que não serão punidos, atitudes desrespeitosas e agressivas, em que se evidencia a ausência de autorregulação.

Os conflitos interpessoais podem ser compreendidos como interações sociais em desequilíbrio, percebidos por comportamentos externos de oposição ou por manifestações sutis da afetividade, tais como, expressões, tom de voz, gestos, quando eles não são tão evidentes. Ocorrem em qualquer nível de ensino e realidade institucional. Muitos professores dedicam entre 21% e 40% do seu dia escolar aos problemas de conflitos entre alunos. Em uma pesquisa que investigou os conflitos em escolas públicas e privadas de São Paulo, Leme (2006) encontrou que 52% dos alunos da 6ª e 46,9% da 8ª séries concordaram com a afirmação de que os conflitos aumentaram nos últimos anos. Os conflitos entre os alunos foram apontados por 85,5% dos diretores da amostra com um aspecto muito importante para garantir o bom funcionamento e convívio escolar.

Todavia, apesar da frequência com que ocorrem, muitas vezes, os educadores sentem-se inseguros sobre quais seriam as melhores atitudes para lidar com eles. Essas situações geram sensação de inaptidão e, algumas vezes, angústia nesses educadores, o que

¹ Faculdade de Educação da Unicamp e Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Moral (Unesp/Unicamp)

faz com que tentem resolvê-las o mais rápido possível ou procurem evitá-las a qualquer custo. Diante da questão: “quais princípios fundamentam suas decisões sobre como lidar com os conflitos?”, apresentam algumas respostas sobre o que não “deve” ser feito. Geralmente, as intervenções são imediatistas e pautam-se no necessário, mas não suficiente, bom senso.

A concepção sobre os conflitos do professor e, consequentemente, o tipo de intervenção realizada por ele ao deparar-se com desavenças entre os alunos interfere nas interações entre eles e no desenvolvimento socioafetivo dos mesmos. Isto posto, algumas questões se fazem necessárias: Quais mensagens estão sendo transmitidas aos nossos alunos por meio do processo pelo qual os conflitos estão sendo resolvidos? Essas mensagens são coerentes com o tipo de pessoa que queremos formar? As intervenções do professor têm auxiliado as crianças e jovens a aprenderem formas mais elaboradas de resolverem seus próprios conflitos ou mantêm estratégias de negociação pouco desenvolvidas?

Em nossas pesquisas (VINHA, 2003; TOGNETTA, VINHA, 2007, 2011) comprovamos que, em geral, encontram-se duas grandes concepções sobre os conflitos interpessoais entre os educadores.

Em uma visão tradicional, os conflitos são vistos como sendo negativos e danosos ao bom andamento das relações entre os alunos. Tal concepção evidencia-se porque os esforços são, em geral, apontados para três direções: a primeira delas seria evitá-los. Para isto, elaboram regras e mais regras, controlam os comportamentos por meio de filmadoras ou através de vigilância sistemática dos alunos, trancam armários e salas de aula para evitar furtos, ocupam os estudantes com atividades de pouco valor pedagógico como cópias de conteúdos em lousa e exercícios de repetição, são tomadas atitudes preventivas para controle dos comportamentos (como “mapeamentos”, pré-determinando os lugares em que os alunos sentarão), são empregadas ameaças e coações... Desta forma, a escola promove sistematicamente a regulação exterior, esquecendo-se de que é uma instituição educativa, que visa formar os futuros cidadãos de nossa sociedade... Onde precisamos de controle, de vigilância, significa que não há educação.

A segunda direção ainda bastante prezada pela escola é a contenção desses conflitos. Deste modo, os educadores impõem soluções prontas; tem ações impulsivas e unilaterais; “terceirizam” a intervenção no problema, transferindo-o para a família ou para um especialista; utilizam de punições; incentivam a delação e a culpabilização; admoestam; associam a obediência à regra ao temor da autoridade, ao medo da punição, da censura e da

perda do afeto. São mecanismos de controle utilizados cotidianamente nas escolas, que parecem “funcionar” temporariamente, mas que, além de reforçar a heteronomia², não raro, agravavam o problema.

A terceira direção é formada pela ausência de intervenções (ignorar os conflitos) ou por ações bastante pontuais dos adultos (como breves chamadas de atenção ou demandas; gestos ou expressões que demonstravam irritação ou descontentamento...). Em geral, isso é observado nos conflitos que ocorrem entre os alunos (quando não são graves, ou seja, quando não envolvem agressões físicas ou verbais ostensivas na presença dos professores). Estudos indicam que (LATERMAN, 2002; DEDESCHI, 2011; LEME, 2006; LUCCATO, 2012) os professores e especialistas atribuem maior gravidade às desavenças ocorridas entre aluno e autoridade; já os que aconteciam entre os pares, tinham sua gravidade minimizada, sendo considerados como “brincadeiras da idade”. Sem darem-se conta das consequências, crianças e jovens são deixados à própria sorte quando a autoridade (adulto) não está envolvida no conflito. Com isso, transmitem a mensagem subliminar de que o respeito e a justiça devem ser dedicados às autoridades e não a qualquer ser humano. Essa omissão resulta em um ambiente propício para a ocorrência de situações de bullying, de agressões virtuais, de maus tratos ou de intimidações entre eles.

Já para o professor que possui uma perspectiva construtivista, os conflitos são compreendidos como naturais em qualquer relação e necessários ao desenvolvimento; são vistos como oportunidades para que os valores e as regras sejam trabalhados, oferecendo “pistas” sobre o que precisam aprender. Dessa forma, as desavenças são encaradas como positivas e necessárias, mesmo que desgastantes. Surgem principalmente na troca de pontos-de-vista, só possível pela interação social. A ênfase não deve ser na resolução do conflito em si, no produto, mas sim, no processo. Para aprendizagem dos valores e das regras, o que irá fazer diferença é a forma com que os problemas são enfrentados. Assim, tanto o conflito quanto sua resolução são partes importantes e não apenas o vendo como um problema a ser administrado. Ao invés de o professor gastar seu tempo e energia tentando preveni-los, deve-se aproveitar os mesmos como oportunidades para auxiliar os envolvidos a reconhecerem os pontos de vista dos outros e aprenderem, aos poucos, como

² Na moral heterônoma os valores não se conservam sendo regulados pela pressão do meio, isto é, o sujeito modifica o comportamento moral em diferentes contextos. Assim, há uma relação de submissão ao poder, sendo considerado certo obedecer às ordens das pessoas que detêm a autoridade ou agir da mesma forma que se comportam as pessoas de sua comunidade. Na autonomia moral, o sentimento de aceitação ou de obrigação para com as normas é interno (autorregulação) sendo fundamentado na equidade e nas relações reciprocidade. Concebe a moral como regras e princípios que regem as relações entre todos os seres humanos. Na pessoa autônoma há a conservação dos valores apesar das mudanças de contextos e da presença de pressões sociais. (LA TAILLE, 2006)

buscar soluções aceitáveis para todas as partes envolvidas. Por exemplo: as situações em que há agressões físicas ou verbais, podem ser aproveitadas para trabalhar o reconhecimento dos sentimentos e a resolução das desavenças por meio do diálogo; a mentira e as consequências naturais, mostram a importância da veracidade para se manter a confiança; e assim por diante. Isto posto, algumas questões se fazem necessárias: Quais mensagens estão sendo transmitidas aos nossos alunos por meio do processo pelo qual os conflitos estão sendo resolvidos? Essas mensagens são coerentes com o tipo de pessoa que queremos formar? As intervenções do professor têm auxiliado as crianças e jovens a aprenderem formas mais elaboradas de resolverem seus próprios conflitos ou mantêm estratégias de negociação pouco desenvolvidas?

Ao interagir com as pessoas, devido às suas características de desenvolvimento, a criança ou o adolescente vivenciará inúmeros conflitos, dificuldades e sofrimentos, êxitos e fracassos, necessários para que esse desenvolvimento ocorra. Para Piaget, por meio do conflito social, a criança é motivada por este desequilíbrio a refletir sobre maneiras distintas de restabelecer a reciprocidade o que promove a necessidade de considerar pontos de vista diferentes, argumentar, descentrar, cooperar, operar levando em conta sentimentos, perspectivas e ideias de outra pessoa. A resolução de um conflito é considerada cooperativa quando, durante o processo de negociação, os envolvidos operam levando em consideração os sentimentos, pontos de vista e ideias do outro; e uma resolução considerada como positiva sugere um equilíbrio entre a capacidade de persuasão do outro e a satisfação de si mesmo.

Os estudos de Selman (1980) têm contribuído para ampliar o conhecimento sobre essas questões. Segundo esse pesquisador as estratégias de negociação interpessoal desenvolvem-se em cinco níveis evolutivos de acordo com a capacidade da criança de coordenar perspectivas. Caminham de uma forma de egocentrismo não diferenciado no nível mais elementar para um aumento da capacidade de reflexão e de coordenação integrada de perspectivas, tanto internamente como coordenada com o outro, em um nível mais elevado. O movimento de um nível para o próximo ocorre por meio do processo de equilibração. É importante esclarecer que o fato de um sujeito atingir o nível superior não significa que atuará somente nesse nível. Cada nível permanece acessível mesmo que o posterior tenha sido atingido, ou seja, um sujeito pode estar num nível de entendimento interpessoal mais elevado, porém em algumas situações pode agir de forma menos desenvolvida mais correspondente aos níveis iniciais.

De acordo com essa perspectiva, as estratégias de negociação utilizadas em situações de conflitos dependem do desenvolvimento. Isto significa que essas estratégias vão sendo aperfeiçoadas e, conseqüentemente, alcançando melhores resultados, conforme vai havendo a diminuição do egocentrismo, a construção da reversibilidade, a ampliação das capacidades de cooperar e de identificar e manifestar os sentimentos, entre outras características.

Uma vez que a moralidade está envolvida no entendimento interpessoal, por meio da observação do comportamento das crianças em suas interações, ouvindo suas solicitações e argumentações e as justificativas que dão para suas ações, é possível detectar a natureza do estágio sociomoral e compreender algo da lógica subjacente a suas condutas. Em nossos estudos em escolas de educação infantil e de ensino fundamental (LICCIARDI, 2010; VINHA e LICCIARDI, 2011; MARQUES, 2015; SILVA, 2015; OLIVEIRA, 2015), por meio de observação dos conflitos entre as crianças, pré-adolescentes e adolescentes e de entrevistas utilizando o método clínico, temos comprovado que a evolução tanto na concepção quanto no emprego de estratégias mais cooperativas e justas para lidar com os conflitos interpessoais envolvem um longo processo de construção pelo sujeito. Para tanto, a criança e o adolescentes trabalham durante muitos meses e anos as contradições internas inerentes a seus conflitos. Com o desenvolvimento constata-se mudanças nos motivos, nas estratégias empregadas e, conseqüentemente, nos resultados dos conflitos vividos pelas crianças. Nesse processo, a identificação e a coordenação de diferentes perspectivas vão se tornando cada vez mais complexas, assim também se torna a capacidade de agir considerando essas perspectivas ou de negociá-las.

Intervir em demasia, raras intervenções ou ainda intervenções pouco construtivas não favorecem o desenvolvimento de formas mais assertivas e evoluídas de resolução de conflitos. As crianças e os jovens possuem ainda capacidades limitadas para conter seus impulsos, solucionar os problemas ou coordenar pontos de vistas divergentes. Assim, quando os alunos apresentam dificuldades para resolverem suas desavenças os educadores não devem deixá-los completamente sob o controle de si mesmos, pois podem fracassar em seus esforços de superar dificuldades interpessoais, sendo preciso auxiliá-los nesse processo.

Esse desenvolvimento pode ser favorecido ou não de acordo com a qualidade das relações que se apresentam nos ambientes sociais nos quais a criança interage, sendo que a escola é um local muito apropriado para essa vivência. Porém, raramente se percebe a preocupação das instituições escolares com as possibilidades pedagógicas dos conflitos,

sendo que seus esforços nesta área estão mais voltados para conseguir um “bom comportamento” do aluno (muitas vezes por medo ou conformismo) e para a contenção do conflito do que para o desenvolvimento e a aprendizagem.

Apesar de fazer parte das funções de qualquer professor lidar cotidianamente com os conflitos, poucos se sentem de fato preparados para isto. Para isso é necessária uma mudança nesse paradigma, na forma como os conflitos nas relações interpessoais são interpretados. A modificação nessa concepção, aliada ao constante estudo e reflexão sobre a prática, auxiliarão o educador a transformar a maneira como intervém nestas situações. Auxiliar a aprendizagem dos alunos e, ao mesmo tempo, favorecer seu desenvolvimento sociomoral, podem aparentar ser problemas diferentes, mas não o são. Esta dissociação é equivocada, pois são sistemas solidários visto que os eventos de desavenças pessoais e os de aprendizagem estão incorporados, fundem-se.

Ressalta-se que não bastam ações pontuais, individuais e bem-intencionadas, é importante programas institucionais, como por exemplo, a implantação de espaços de resolução de conflitos coletivos e particulares, como as assembleias³ em todos os níveis e os círculos restaurativos⁴. Faz necessário ainda atuar tanto na mediação das situações de conflitos, quanto na prevenção, com propostas de apropriação racional e discussão a partir de atividades planejadas.

Raramente se percebe ações efetivas das instituições escolares que promovam efetivamente relações equilibradas e satisfatórias (o que não significa que os conflitos estarão ausentes). Constata-se que, não raro, os esforços nesta área estão mais voltados para a contenção do que para a aprendizagem. A criança e o jovem não irão aprender sozinhos uma questão que é muito complexa e para a qual não foram previstas boas intervenções e oferecidas situações que lhes auxiliassem a aprender o que necessitam.

³ Nas assembleias (ou “círculos de diálogo”) professores e alunos se reúnem para conversar sobre a convivência, dificuldades e êxitos, buscando se entender uns aos outros e colocar suas perspectivas. São momentos de refletir, tomar consciência das relações e transformar o que o grupo achar necessário, de forma a melhorar os trabalhos e a convivência. É, portanto, um exercício da cidadania onde as regras são elaboradas e reelaboradas constantemente, conflitos discutidos, soluções negociadas e a democracia é vivenciada com base no respeito mútuo.

⁴ Já as situações privadas são trabalhadas nos círculos restaurativos, de forma a resguardar a dignidade dos envolvidos. Neles, as partes envolvidas reúnem-se na presença de um facilitador para falar e ouvir um ao outro, reconhecer as escolhas e responsabilidades e chegar a um acordo. É um procedimento que lida com os conflitos particulares, como as brigas de namoro, maus tratos entre pares ou danos materiais, de forma não punitiva, tendo como princípios o diálogo, a responsabilização pelas atitudes e a disponibilidade para ouvir e considerar as necessidades e os sentimentos recíprocos. Deve ocorrer quando houver necessidade ou se um dos envolvidos solicitar. O foco deve ser no incidente e nos afetados e não na “punição” ao ofensor.

Referências

- DEDESCHI, S. C. C. Bilhetes reais e/ou virtuais: Uma análise construtivista da comunicação entre escola e família. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação Unicamp, 2011. Disponível em <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/>
- GARCIA, J.A.; TOGNETTA, L.R.P.; VINHA, T.P. Indisciplina, conflitos e bullying na escola Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013.
- LA TAILLE, Y. Moral e ética: dimensões intelectuais e afetivas. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- LATERMAN, I. Incivilidade e autoridade no meio escolar. Em ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação (Org.), 25ª Reunião Anual ANPED -Educação: manifestos, lutas e utopias. Caxambu: Anped/UFSC, 2002
- LEME, M. I. S. L. Convivência, conflitos e educação nas escolas de São Paulo. São Paulo: ISME, 2006
- LICCIARDI, L. M. S. Investigando os conflitos entre as crianças na escola. Dissertação de Mestrado. Campinas, SP, Faculdade de Educação, UNICAMP, 2010
- LUCATTO, L. C. Justiça restaurativa na escola: um olhar da Psicologia Moral. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação Unicamp, 2012. Disponível em <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/>
- MARQUES, C.A.E. Investigando os conflitos entre os alunos de 11 e 12 anos: causas, estratégias e finalização. Tese de Doutorado. Unicamp, Campinas, SP, 2015.
- OLIVEIRA, M.T.A. Investigando os conflitos entre os alunos de 13 e 14 anos: causas, estratégias e finalização. Dissertação de Mestrado. Unicamp, Campinas, SP, 2015.
- SELMAN, R. L. The growth of interpersonal understanding. Developmental and clinical analyses. Nova York: Series Editor, 1980.
- SILVA, L. M. F. Investigando os conflitos entre alunos de 8 e 9 anos: causas, estratégias e resultados. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 2015
- TOGNETTA, L. R. P.; VINHA, T. P. (Org.) Conflitos na instituição educativa. Perigo ou oportunidade? Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011.
- TOGNETTA, L. R. P.; VINHA, T. P. Quando a escola é democrática: um olhar sobre a prática das regras e assembléias na escola. Campinas: Mercado de Letras, 2007
- VINHA, T. P. Os conflitos interpessoais na relação educativa. Tese de doutorado, Faculdade de Educação, Unicamp. Campinas, 2003.
- VINHA, T. P.; LICCIARDI, L. M. Compreendendo e intervindo nos conflitos entre as crianças. GUIMARÃES, C. M.; REIS, P. G. R. (org.) Professores e infâncias: estudos e experiências. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2011.